



A CAMINHO DA PAZ E PROSPERIDADE

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DE TIMOR-LESTE
2011 A 2030

Sinopse



7 de Abril de 2010

Gabinete do Primeiro-Ministro

Índice

- I. Introdução
- II. Visão da economia timorense em 2030
- III. Quadro de acção até 2020
- IV. Plano de Investimento Público até 2015
- V. Financiamento Público até 2015
- VI. Quadro Macroeconómico
- VII. Quadro Institucional

I. INTRODUÇÃO

A estratégia de desenvolvimento de Timor-Leste reflecte os desejos expressos pelo povo de Timor-Leste com base na independência conquistada, dentro de um Estado democrático robusto e de acordo com a Constituição da República Democrática de Timor-Leste. O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) descrito no presente documento define um caminho para a implementação da estratégia nacional durante o período de 2010 a 2030. O Plano Estratégico de Desenvolvimento é composto por sete secções: (I) Introdução; (II) Visão da economia timorense em 2030; (III) Quadro de Acção até 2020; (IV) Plano de Investimento Público até 2015; (V) Financiamento Público até 2015; (VI) Quadro Macroeconómico; e (VII) Quadro Institucional.

As nações em vias de desenvolvimento têm que fazer escolhas vitais para passar do caminho da pobreza e fragilidade para uma sociedade robusta, próspera e de progresso. O caminho escolhido deve ser harmonizado dentro da região, aplicável ao contexto do país e baseado no tecido físico e cultural do país.

O PED reflecte estas escolhas para Timor-Leste.

Desde a independência em 2002 as medidas políticas e económicas da nação têm sido baseadas na resposta às necessidades imediatas do povo, na consolidação da segurança e da estabilidade, no estabelecimento de uma presença diplomática e de cooperação na região, e na formação dos alicerces da nação através da construção das instituições do Estado, em coordenação com vizinhos e parceiros internacionais.

A estratégia económica fundamental tem sido marcada pela formação e implementação inicial de políticas económicas e fiscais sólidas que possibilitaram a Timor-Leste atingir um crescimento económico médio, com dois dígitos durante os últimos três anos, e que melhoraram as condições de vida do povo através de reformas sectoriais e do lançamento de investimentos significativos na economia. Um aspecto importante a ter em conta é que o novo sector de petróleo e gás foi iniciado com sucesso. Em 2010, Timor-Leste encontra-se no limiar de um período de avanço económico rápido que durará décadas.

A estratégia económica e política a longo prazo assenta firmemente no fortalecimento dos pilares do Estado de forma a criar e a manter uma **Identidade Nacional**

duradoura que seja única e exclusiva de Timor-Leste, fomentando um sistema de valores partilhados com base na participação cívica e que proporcione benefícios palpáveis e sustentáveis para todos os cidadãos.

Timor-Leste conquistou a independência em resultado de um forte sentido de autodeterminação, após quatro séculos de colonização, 24 anos de ocupação e 3 anos sob a tutela da ONU. Este mesmo princípio de autodeterminação será aplicado à construção nacional e ao desenvolvimento económico através de um modelo de desenvolvimento estratégico a longo prazo que reflecta a vontade e as aspirações do povo de Timor-Leste.

Sendo um país jovem, pós-conflito e de baixos rendimentos, Timor-Leste precisa implementar uma estratégia única e específica para o país de modo a trazer prosperidade ao seu povo. Timor-Leste é uma nação que saiu do domínio estrangeiro e de uma destruição violenta para se tornar uma sociedade dinâmica e democrática, com uma economia em rápido crescimento, ainda que frágil. O sucesso de Timor-Leste no futuro será definido por quatro princípios essenciais:

Política. Sendo um país pós-conflito, recentemente independente e democrático, Timor-Leste adquiriu a capacidade para pensar de forma estratégica e criativa. Agora as mesmas características que possibilitaram a independência devem ser utilizadas e canalizadas para a construção nacional e para o desenvolvimento económico. O caminho de desenvolvimento escolhido deve inspirar a mudança, suportar acções ousadas por parte dos cidadãos, estimular confiança sobre o futuro e sobretudo criar um forte sentimento de coesão nacional. Acreditamos que o PED oferece este caminho, concebido para gerar consenso e participação por parte do povo.

Potencial económico. Timor-Leste possui recursos naturais valiosos, incluindo duas das matérias-primas mais valiosas no mercado global: petróleo e gás. Caso seja desenvolvido com prudência, o sector petrolífero pode ajudar a construir os alicerces de uma economia viável, sustentável e pujante. O sector dos hidrocarbonetos dará receitas substanciais durante décadas, as quais podem ser investidas nas pessoas e nas infra-estruturas do país. A riqueza *per capita* comprovada de Timor-Leste situa-

se actualmente nos 55.660 dólares (2005), sendo assim superior à da Indonésia (13.350 dólares) e à da Malásia (55.326 dólares).¹

Integração nacional. Timor-Leste é um país pequeno com uma área terrestre de 15.000 quilómetros quadrados e uma população de 1,2 milhões. Em face da sua área e população reduzidas, Timor-Leste está numa posição privilegiada para acelerar o desenvolvimento económico. O fundamental aqui será a conectividade. A integração dos mercados nacionais através de estradas, electricidade e telecomunicações promoverá um desenvolvimento rápido, o qual será também estimulado com a ligação de Timor-Leste a mercados regionais e globais.

Dinamismo. Tendo uma população jovem e sendo um país novo, Timor-Leste está pronto a agarrar novas oportunidades e a aceitar mudanças dinâmicas. A nossa população dominará as tecnologias do século XXI – banda larga, internet, avanços na agricultura e na energia – e acelerará assim o crescimento económico e o desenvolvimento.

Desafios

Enquanto país jovem e pobre, Timor-Leste depara-se igualmente com vários desafios relevantes. Nenhum destes é impossível de resolver, porém é necessário lidar com todos eles. O PED é o veículo que possibilitará enfrentar estes desafios.

É inevitável numa economia em rápida mutação e rica em hidrocarbonetos que haja **desequilíbrios regionais e entre áreas urbanas e rurais**. O PED precisa de adoptar estratégias que promovam o desenvolvimento tanto nas áreas urbanas como rurais, de modo a evitar que os desequilíbrios regionais e sociais atinjam níveis destabilizadores.

Para se atingir o sucesso económico será necessário superar a **escassez de recursos humanos qualificados** nos sectores fundamentais da educação, saúde,

¹ Banco Mundial. Timor-Leste: Análise Ambiental do País, Julho de 2009,
http://siteresources.worldbank.org/INTTIMORLESTE/Resources/TL_CEA_18Aug09_Tetum.pdf

agricultura, indústria e serviços. Deste modo o PED coloca a educação e a formação no centro da estratégia.

Será necessário reforçar as **instituições frágeis** do Estado para que o Governo seja capaz de assegurar serviços vitais e funcionar como parceiro forte com o sector privado. Um dos objectivos fundamentais do PED consiste na criação de capacidade de implementação. O governo electrónico pode ter um papel suplementar, ligando os cidadãos ao governo através da internet.

A **mentalidade pós-conflito** é uma realidade colectiva que não pode ser ignorada quando uma nação sofreu tantas perdas, sentiu as realidades de injustiças passadas e viveu em situação de conflito durante várias gerações. Este legado doloroso fica muitas vezes de fora da consideração do planeamento estratégico. O PED precisa mobilizar a vontade colectiva e a consciência da população, incluindo as esperanças criadas durante décadas de luta, para cumprir os objectivos da independência e da autodeterminação no contexto da experiência timorense.

O povo de Timor-Leste mostrou resistência a sucessivas crises antes e depois de 2002, resistência esta que foi reforçada pelo facto da economia de Timor-Leste ter crescido numa média de dois dígitos durante os três últimos anos. Este crescimento rápido tem sido possível em parte devido a um esforço concertado do Governo em aumentar o investimento público e em fazer transferências para grupos vulneráveis utilizando as receitas acrescidas do sector petrolífero.

O recente rápido crescimento económico associado a um período relativamente longo de estabilidade e aos pilares de força únicos de Timor-Leste (política, potencial económico, integração nacional e dinamismo) fornecem uma base sólida para o desenvolvimento económico sustentado no futuro.

O ano de 2010 representa um marco. Timor-Leste entrou num período de crescimento rápido com dois algarismos, de maior estabilidade e de maior confiança. Colectivamente Timor-Leste pode declarar o lema do dia ***Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento***.

Timor-Leste lançou o seu primeiro Plano de Desenvolvimento Nacional em 2002, com a visão de criar uma sociedade democrática e próspera em 2020. O plano definiu objectivos

e delineou estratégias de desenvolvimento para atingir estes objectivos. Oito anos mais tarde, é altura de rever e actualizar o plano.

O novo PED assenta na crença de que Timor-Leste pode conseguir crescimento económico de dois algarismos durante a próxima década e mais além, convergindo assim com os países de rendimentos médios altos nos próximos vinte anos. Em resumo, Timor-Leste pode e deve acelerar o seu desenvolvimento económico pós-2010.

Timor-Leste tem uma oportunidade económica abundante. As metas seguintes são atingíveis até 2030, sendo que muitas podem sê-lo até 2020:

- Todas as crianças têm acesso a ensino gratuito e obrigatório até ao 12.º ano de escolaridade;
- Todos os timorenses sabem ler e escrever;
- Todos os cidadãos têm acesso a cuidados primários de saúde;
- Nenhuma criança morre devido a falta de água adequada, malnutrição ou falta de cuidados de saúde;
- Todos os cidadãos têm oportunidade de adquirir novas qualificações com base nas tecnologias do século XXI, tais como banda larga sem fios, agricultura de produtividade elevada e cuidados de saúde topo de gama;
- A pobreza extrema é erradicada por meio do acesso universal a serviços públicos, oportunidades amplas de emprego e desenvolvimento económico em todas as regiões.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento oferece uma Visão para 2030, um Quadro de Acção até 2020 e um Plano de Investimento Público até 2015. O objectivo do PED consiste em combinar um panorama inspirador com um calendário específico e um conjunto de indicadores e objectivos essenciais de desempenho, constituindo assim marcos de referência para o progresso.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) é desenvolvido com uma visão económica a longo prazo para Timor-Leste: Até 2030, Timor-Leste ter-se-á juntado ao grupo de países com rendimentos médios altos, terá erradicado a pobreza extrema, terá eliminado o fosso económico para com

as economias emergentes da ASEAN e terá fomentado uma sociedade democrática e ambientalmente sustentável.

A próxima década (2011 a 2020) incidirá na criação das condições básicas para o desenvolvimento em todas as áreas: infra-estruturas, educação e formação, saúde, produtividade agrícola e auto-suficiência alimentar, urbanização sustentável e desenvolvimento de sectores importantes de indústria e serviços.

A segunda década (2021 a 2030) fará uso destes alicerces para garantir que Timor-Leste é globalmente competitivo, que faz parte da economia de informação global e que cria qualidade de vida e sustentabilidade ambiental para todas as gerações futuras.

Destacamos alguns aspectos principais do contexto político e social em que terá lugar o desenvolvimento económico sustentável:

- Timor-Leste terá um governo democrático e inclusivo baseado no Estado de direito, respeito pelos direitos humanos e participação de todos os cidadãos em actividades económicas, sociais e políticas;
- Timor-Leste fomentará um desenvolvimento equitativo entre grupos de população (ricos e pobres) e áreas (rurais e urbanas);
- O Estado e a população respeitarão e preservarão os valores e a cultura dos vários grupos que compõem a sociedade timorense;
- Timor-Leste será uma sociedade tolerante e sensível às questões das raças, religiões e credos;
- Timor-Leste será um ambiente de criatividade e inovação.

II. VISÃO DA ECONOMIA DE TIMOR-LESTE EM 2030

Timor-Leste entra em 2010 como uma economia de baixos rendimentos e com um forte potencial em termos de rendimentos médios.

Tradicionalmente, Timor-Leste tem sido em grande medida uma economia assente na agricultura de subsistência, com uma população rural dispersa que vive perto da linha da pobreza. Alguns pequenos sectores de colheitas que geram dinheiro, tais como o café, costumam dar rendimentos monetários a algumas famílias em áreas rurais, embora uma parte significativa das famílias produza apenas para consumo próprio e não disponha de fontes estáveis ou previsíveis de rendimentos monetários. Além disso, as infra-estruturas têm sido fracas, o que é agravado pelas dificuldades ao nível dos transportes e das comunicações numa topografia montanhosa.

Até 2030 estas condições ter-se-ão alterado de forma acentuada. A economia será moderna e bem diversificada, com infra-estruturas de qualidade ao nível das estradas, electricidade, portos e telecomunicações. A agricultura de subsistência será substituída por uma agricultura comercial de pequenos proprietários. Timor-Leste será auto-suficiente em termos alimentares e produzirá uma gama de produtos agrícolas para os mercados mundiais, incluindo produtos alimentares básicos, animais, fruta e vegetais e outras colheitas para venda, produtos florestais e produtos piscícolas.

O sector petrolífero, incluindo a produção de petróleo e gás, e as indústrias derivadas, tais como as petroquímicas, darão uma base industrial considerável à economia. Outras indústrias ligeiras, tais como processamento de alimentos, vestuário, artesanato e itens culturais, mobiliário e outras, complementarão as indústrias pesadas. Os serviços dominarão o emprego, em sectores que incluirão o turismo, a saúde, a educação, o comércio, o entretenimento e a administração pública.

A tradição de Timor-Leste enquanto economia rural terá mudado de forma acentuada. Bem mais de metade da população viverá em áreas urbanas onde a economia de serviços florescerá. Díli será a principal cidade do país, alojando talvez um quinto ou mesmo um quarto da população total. Outras cidades serão também pujantes. Os centros urbanos

serão as bases de operações empresariais, serviços essenciais tais como a saúde e a educação, e transportes para o comércio e o turismo. Timor-Leste atrairá um grande número de visitantes da Ásia e de outros países e não só como destino empresarial, mas também como destino turístico e de alunos universitários. O país será altamente apto em termos de tecnologias de informação e comunicação, com uma grande penetração da internet de banda larga e das últimas gerações de tecnologia.

Timor-Leste orgulhosamente apoiará a sua magnífica biodiversidade e o seu ambiente natural. Dará passos no sentido de se adaptar e resistir às alterações climáticas, por exemplo através do fomento do uso em grande escala de irrigação para proteger a agricultura contra as oscilações da pluviosidade. Serão tomadas precauções para evitar a perda de vidas e de propriedades em resultado de cheias e de tempestades extremas que podem acompanhar um clima em mutação. Os sectores do turismo e do petróleo serão desenvolvidos prestando grande atenção e protegendo o ambiente natural, de modo a que o desenvolvimento não comprometa a beleza natural ou as funções do ecossistema do país.

Timor-Leste será um país com rendimentos médios altos o mais tardar até 2030, fechando o fosso que o separa dos vizinhos que hoje são mais ricos, tais como a Indonésia, a Tailândia e a Malásia. Reconhecemos que estes países estão décadas à frente de Timor-Leste no seu desenvolvimento actual. Enquanto Timor-Leste se debatia com a ocupação, actos de destruição e uma luta contínua pela independência e pela construção nacional, estes países seguiam planos de desenvolvimento altamente bem-sucedidos. *Apesar disto, Timor-Leste tem agora uma oportunidade notável para estreitar e até mesmo fechar o fosso de desenvolvimento até 2030.* Isto sucede devido às fortes vantagens de Timor-Leste: uma sociedade jovem, vibrante e dinâmica; capacidade para desenvolver infra-estruturas de topo de gama; e uma economia petrolífera considerável, que não só dará um impulso económico directo como também fornecerá receitas ao Governo para a realização de investimentos públicos essenciais ao nível do capital humano e das infra-estruturas.

Aspectos especiais da Riqueza Petrolífera de Timor-Leste

A situação económica de Timor-Leste é já extraordinária devido aos seus rendimentos recém-desenvolvidos provenientes do petróleo e do gás. Os rendimentos de Timor-Leste com petróleo e gás dispararam de cerca de 141 milhões de dólares em 2004 para cerca de

2.280 milhões em 2008. Em resultado disto o Produto Interno Bruto (também conhecido como Rendimentos Internos Brutos) subiu de cerca de 460 milhões de dólares em 2004 para cerca de 2.900 milhões em 2008 e aproximadamente 2.500 milhões em 2010 (esta ligeira redução de 2008 para 2010 deve-se à descida dos preços mundiais do petróleo em relação ao pico de 2008.) Em 2010 o PIB não petrolífero de Timor-Leste é de aproximadamente 700 dólares *per capita*, sendo que o PIB petrolífero é de aproximadamente 1.800 dólares, podendo até ser um pouco superior este ano caso os preços globais do petróleo continuem elevados.

Se medirmos o crescimento do PIB a preços constantes, levando em conta a inflação em Timor-Leste, temos que o PIB total em Timor-Leste subiu um factor de 4 desde 2004, o equivalente a um crescimento de cerca de 32 por cento ao ano. O PIB petrolífero aumentou quase dez vezes, enquanto o PIB não petrolífero subiu aproximadamente 1,7 vezes, ou 9 por cento ao ano desde 2004. O resultado é um país que tem um PIB de rendimentos médios, de aproximadamente 2.100 dólares per capita, mas onde os níveis de vida continuam a ser os de um país de baixos rendimentos, aproximadamente nos 600 dólares per capita. A principal razão para isto é que a riqueza petrolífera de Timor-Leste ainda não foi investida de forma significativamente na economia não petrolífera e que o consumo dos proveitos do petróleo continua a ser limitado (aproximadamente um quarto das receitas petrolíferas anuais). Assim, um aspecto importante do Plano Estratégico de Desenvolvimento é o investimento das receitas petrolíferas na economia, por forma a melhorar os níveis de vida, o PIB não petrolífero *per capita* e a produtividade.

A riqueza petrolífera de Timor-Leste e conseqüentemente o cálculo do “Rendimento Sustentável Estimado” (ou RSE), que pode ser consumido de forma sustentável a partir das receitas petrolíferas, é calculada de forma conservadora. O RSE tem sido calculado com base apenas num campo, o Bayu-Undan, ao passo que Timor-Leste já dispõe de outro campo de dimensão comparável (o Greater Sunrise) e possui perspectivas geológicas sólidas para muitos outros campos nas três zonas do país: a Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP) com a Austrália, a zona *offshore* de jurisdição exclusiva de Timor-Leste e a zona terrestre, onde muitas fossas de petróleo e gás dão fortes indícios de existência de depósitos petrolíferos significativos. Para além disto, o cálculo do RSE relativo ao Bayu-Undan tem também usado pressupostos conservadores

(por exemplo, conclusão da produção até 2023) que subestimam a riqueza petrolífera recuperável em última instância a partir do campo.

O RSE trata as perspectivas futuras do sector petrolífero do seguinte modo: partimos do princípio que as actuais receitas petrolíferas a montante no valor de 1,6 mil milhões de dólares por ano poderão aumentar para 2 mil milhões por ano até 2030, em face da activação de outros campos nas três zonas e da continuação da subida dos preços do petróleo. Assumimos também que uma indústria petrolífera a jusante – GNL, petroquímicas, refinarias, fertilizantes e outros sectores baseados no petróleo – acrescentará outros 2,5 mil milhões de dólares por ano à economia doméstica.

O total da economia baseada no petróleo, montante mais jusante, está assim estimado nos 4,5 mil milhões por ano até 2030. O pressuposto é razoável em face da geologia favorável de Timor-Leste e da expectativa de uma forte procura mundial por energia nos próximos vinte anos.

Pressupomos que em resultado dos grandes investimentos públicos e privados em capital humano, infra-estruturas e sectores estratégicos da economia não petrolífera tais como a agricultura e o turismo, a *economia não petrolífera* poderá crescer em média 12 por cento ao ano entre 2010 e 2020 e 10 por cento ao ano entre 2020 e 2030. Os actuais 700 milhões de dólares por ano passarão para aproximadamente 7 mil milhões. Adicionando o sector petrolífero (montante mais jusante) e a economia não petrolífera, esperamos que os rendimentos nacionais aumentem dos 2,5 mil milhões de dólares em 2010 para os 11,5 mil milhões em 2030.

Esta taxa de crescimento é familiar para as economias emergentes na Ásia que tiveram ainda menos potencial de “recuperação” que Timor-Leste. É claro que este crescimento elevado e sustentado está dependente da continuação da estabilidade política, de preços elevados do petróleo, do desenvolvimento futuro bem-sucedido do sector petrolífero e do investimento com sucesso dos rendimentos petrolíferos no capital humano, infra-estruturas físicas e sectores estratégicos do país.

Prevê-se que a população de Timor-Leste cresça na ordem dos 2.5 por cento ao ano entre 2010 e 2030. A população total passará assim de 1,1 milhões em 2010 para cerca de 1,8 milhões em 2030. A previsão económica é assim de que os rendimentos *per capita* aumentarão de 2.200 dólares em 2010 para cerca de 8.400 em 2030, o que representa

um aumento nos rendimentos per capita de 6,7 por cento ao ano. Este nível de rendimentos colocará Timor-Leste entre os *países com rendimentos médios altos*.

III. QUADRO DE ACÇÃO PARA 2020

A visão para 2030 requer um quadro detalhado de acção que determine a forma como a visão pode ser concretizada. O quadro do PED para 2020 assenta nos seguintes princípios:

- Uma economia mista com base em acções complementares por parte do sector público e do sector privado, determinada por uma vantagem competitiva
- Um programa forte de investimento público que complemente a promoção do investimento privado
- Determinação em construir uma economia diversificada com um dinamismo importante ao nível da agricultura, indústria e serviços, apoiada pela forte herança cultural timorense
- Forte empenho em relação ao capital humano, reconhecendo que as pessoas de Timor-Leste são a maior fonte de riqueza do país, muito acima da terra, dos minerais e do petróleo
- Comércio aberto e atracção de investimento directo estrangeiro (IDE), com expectativas de sucesso no petróleo, turismo, pescas, finanças, telecomunicações e em outros sectores promissores
- Fortes relações económicas internacionais, incluindo o estatuto de membro da ASEAN, relações próximas com países lusófonos (Portugal, Brasil e PALOPs) e ligações culturais e políticas fortes através do mundo desenvolvido e em vias de desenvolvimento
- Regulação prudencial sólida e desenvolvimento passo a passo do sector bancário
- Manutenção de estabilidade macroeconómica através de uma política orçamental cuidadosa e de compromisso para com a política do dólar no futuro possível de prever

O quadro de acção pretende desenvolver a economia através de um programa de investimento público com três frentes – capital humano, infra-estruturas e

desenvolvimento sectorial – que irá induzir um aumento significativo no investimento privado. O capital privado será encorajado domesticamente, em especial ao nível das pequenas e médias empresas, bem como na forma de investimento directo estrangeiro, garantindo que Timor-Leste é hospitaleiro e competitivo em relação ao investimento em sectores essenciais tais como o petróleo e o turismo.

O **investimento em capital humano** inclui seis pilares: saúde, nutrição, ensino primário e secundário, formação vocacional, ensino superior e pesquisa e desenvolvimento. Timor-Leste construirá um *sistema de saúde primária* com financiamento público acessível para todos. Este sistema irá requerer cerca de quatro por cento do PIB (que está a subir) em despesas públicas ao longo das próximas duas décadas, o que significa despesas de cerca de 100 dólares por pessoa por ano em 2010, subindo para pelo menos 350 dólares por pessoa por ano até 2030. Ao longo dos próximos anos Timor-Leste intensificará programas de nutrição, em especial para crianças jovens, com o intuito de quebrar o ciclo de pobreza e de subnutrição que rouba às crianças o seu potencial físico e cognitivo durante toda uma vida.

Timor-Leste irá encetar uma estratégia concertada de construção de escolas e formação de professores para assegurar que até 2020 todas as crianças concluem o ensino secundário até ao 12.º ano. Isto irá requerer a abertura de escolas de professores e um esforço intenso para alargar a educação multilingue nas escolas durante a próxima década. Será obrigatório frequentar a escola até ao 9.º ano e todas as escolas fornecerão refeições como parte do ambiente de aprendizagem.

Timor-Leste precisa igualmente de um programa agressivo para desenvolver qualificações laborais. No presente existe um desemprego considerável entre os graduados do secundário, todavia em breve haverá uma escassez acentuada de qualificações, à medida que os programas e investimentos do Governo se expandem na saúde, educação, petróleo, agricultura e outros sectores. O Governo irá empenhar-se num esforço maciço de educação do público com vista a dar qualificações laborais aos actuais jovens desempregados, tanto aqueles que concluíram o secundário como os muitos milhares de jovens entre os 20 e os 30 anos que perderam a sua oportunidade de estudar durante os anos de conflito. A formação em qualificações incidirá nas qualificações vocacionais necessárias para construir uma economia moderna e diversificada, incluindo a agricultura, os cuidados de saúde, a construção (carpintaria, canalização, electricidade), o ensino, a administração pública local e o desenvolvimento

empresarial. Timor-Leste pode também ajudar os jovens a desenvolver actividades culturais tais como música e arte nativas. Estas actividades fortalecerão o legado cultural partilhado do país e promoverão o turismo e os rendimentos de outros sectores de serviços.

Timor-Leste precisa também desenvolver a sua liderança avançada em termos de administração pública, ciências e empresas. O sector universitário assumirá aqui uma importância vital, formando os futuros líderes do país. Embora muitos alunos vão estudar no estrangeiro, trazendo com eles no seu regresso qualificações e conhecimentos que irão promover a competitividade global a longo prazo de Timor-Leste, o país precisa igualmente desenvolver a sua própria qualidade e capacidade no que se refere ao ensino superior, começando com a Universidade Nacional de Timor-Leste. O Governo irá investir no fortalecimento do currículo e do corpo docente da UNTL, bem como na ajuda à UNTL para desenvolver parcerias globais no âmbito da educação e da investigação. O Governo irá também estabelecer uma série de centros nacionais de pesquisa em áreas estratégicas, com base na UNTL e noutros centros de ensino superior.

A sinergia da investigação e do ensino superior tem sido demonstrada constantemente em todo o mundo, sendo que Timor-Leste irá procurar colocar a sua nova capacidade de investigação dentro do cenário universitário. As principais prioridades para os centros de investigação apoiados pelo Governo incluem as quatro áreas seguintes: agricultura, petróleo e geologia, saúde pública, e biodiversidade e clima.

Os **investimentos em infra-estruturas** constituem o segundo pilar de liderança pública. A história e a experiência dos nossos vizinhos asiáticos deixam claro que o sucesso do desenvolvimento económico precisa assentar em infra-estruturas nacionais fortes, incluindo estradas, electricidade, telecomunicações, aeroportos e portos, e infra-estruturas urbanas. O quadro político até 2020 irá garantir que Timor-Leste possui infra-estruturas nacionais de qualidade até ao final desta década.

A rede rodoviária é o ponto de partida, já que o transporte de pessoas e bens é uma condição indispensável para uma economia produtiva. A estratégia rodoviária de Timor-Leste, à semelhança dos seus outros investimentos de infra-estruturas, assentará numa hierarquia tripartida de investimentos: nacionais, directos e comunitários. No caso das estradas, os investimentos nacionais significam um sistema de auto-estradas; os investimentos a nível de distrito significam estradas pavimentadas e transitáveis em

todas as condições climatéricas ligando todos os 13 distritos de Timor-Leste numa rede rodoviária coerente; as estradas comunitárias significam estradas transitáveis em todas as condições climatéricas que cheguem às comunidades locais.

A rede eléctrica necessita de um alcance nacional semelhante. Timor-Leste irá desenvolver uma rede eléctrica moderna ligando todo o país com pelo menos 1 Giga-Watt (GW) de capacidade instalada até 2020. A rede eléctrica ligará todos os distritos e aproveitará os recursos do país em termos de gás natural para alimentar grande parte do sistema nacional. A electrificação local pode depender de tecnologias fora da rede: energia solar e eólica, biogás, energia hidroeléctrica e outras opções apropriadas.

As telecomunicações são outra condição indispensável para uma economia moderna. As telecomunicações incluem uma mistura de telefones móveis, banda larga sem fios e cabos de fibra óptica. Até 2020 todos os distritos de Timor-Leste, incluindo clínicas, hospitais e escolas secundárias deverão ter acesso a banda larga a baixo custo. Grande parte da espinha dorsal das comunicações será financiada e prestada por privados, embora o governo seja responsável pela ligação de escolas, instalações de saúde e outras instalações públicas. A fim de facilitar a melhoria rápida das infra-estruturas de telecomunicações Timor-Leste abrirá o sector à concorrência de mercado, o que baixará os preços e melhorará a qualidade e a cobertura.

Os portos marítimos e aeroportos constituem o próximo capítulo do programa de infra-estruturas. Serão necessários portos marítimos para melhorar os serviços em Díli e desenvolver o pleno potencial do sector petrolífero. Timor-Leste construirá um porto marítimo moderno no sul do país, de modo a suportar o sector petrolífero em crescimento, tanto na fase de exploração e produção da indústria como para as actividades a jusante, incluindo instalações de Gás Natural Liquefeito (GNL) e serviços portuários para um sector petroquímico. Serão necessários novos portos, e em especial aeroportos, para criar a nova economia do turismo. O Aeroporto de Díli precisará de uma expansão significativa e serão construídos novos aeroportos internacionais no leste e no sul, para fomentar novos destinos turísticos e pólos de crescimento.

A dimensão final das infra-estruturas é a água segura e saneamento, sendo que esta área coloca desafios importantes tanto nas zonas rurais como urbanas. As áreas rurais precisam ser apoiadas com projectos locais para proteger os abastecimentos de água e providenciar mais meios de saneamento. As áreas urbanas, sobretudo Díli, precisam de

planos de desenvolvimento urbano para promover sistemas de água e saneamento em toda a cidade que sejam resistentes, capazes de acomodar centenas de milhares de utilizadores adicionais, e robustos para fazer face a secas e a outros eventos climáticos extremos. De presente Dili não possui um plano de desenvolvimento a médio prazo, o qual será incorporado no PED.

Os **programas de investimento sectorial** incluem investimentos públicos para promover sectores estratégicos da economia timorense. Mesmo quando um sector deva ser impulsionado, sobretudo pelo sector privado, como é o caso do petróleo, o Governo continua a ter um papel fundamental a desempenhar ao nível de investimentos e estratégias complementares à economia do sector privado.

Existem pelo menos três sectores estratégicos de crescimento ao longo das próximas duas décadas: agricultura, petróleo (montante e jusante) e turismo. Cada um destes sectores requer um programa de investimento público.

O sector da agricultura emprega actualmente cerca de dois terços da população economicamente activa (talvez 85 por cento da população rural, que constitui cerca de 75 por cento da população total). O sector da agricultura é notavelmente promissor, mas no passado tem ficado aquém das expectativas. Existe um potencial enorme em diversas áreas: colheitas de produtos alimentares básicos, animais e lacticínios, colheitas para venda, produtos florestais e pescas. Tradicionalmente Timor-Leste tem dependido de métodos de subsistência em cada uma destas áreas, utilizando poucos meios. As colheitas de produtos alimentares básicos, por exemplo, produzem entre 500 kg e 2 toneladas por hectare (por exemplo milho e arroz), enquanto o potencial agronómico é muitas vezes 5 a 10 vezes mais elevado. O problema tem sido a falta de meios mais eficientes no sector, reflexo do nível de pobreza dos pequenos agricultores.

Timor-Leste está agora pronto para uma Revolução Verde, na qual o Governo trabalhará com os pequenos agricultores para aumentar o uso de meios melhorados através de subsídios bem definidos, financiamento sazonal, tecnologias modernas e benefícios da investigação de ponta. Timor-Leste pode tornar-se auto-suficiente em termos de arroz no prazo de cinco anos, tornando-se um exportador mundial de produtos agrícolas durante a próxima década.

O petróleo é o segundo sector com profundo potencial transformador para o país. Timor-Leste irá construir uma indústria a montante e a jusante considerável, incidindo na

exploração e desenvolvimento, num gasoduto para a ilha e no desenvolvimento de uma indústria a jusante, incluindo GNL, petroquímicos, fertilizantes, refinarias e outras operações com uso intensivo de energia. Aqui será útil a experiência de outras pequenas economias petrolíferas, tais como Trindade e Tobago. Estas experiências demonstram o elevado potencial de desenvolvimento deste sector.

O Governo irá promover o interesse nacional através de instituições transparentes e de iniciativas lideradas pelo Governo, incluindo a promoção de empreitadas do Governo para fomentar investimentos importantes.

O turismo é o terceiro sector estratégico da economia. Timor-Leste contém flora e fauna magníficas e únicas, belas paisagens e um enorme potencial a nível do turismo ecológico, turismo de praia e turismo cultural. O país situa-se no meio da economia regional com crescimento mais rápido em todo o mundo, sendo assim uma região com um sector de viagens e turismo em enorme crescimento, o qual Timor-Leste tenciona explorar. O desenvolvimento turístico irá requerer grandes investimentos em termos de infra-estruturas e novas políticas públicas importantes, tais como as relativas à regulação de terras e do ambiente, assim como diversas actividades promocionais incluindo incentivos fiscais segundo as novas leis nacionais de investimento.

A melhoria do ambiente empresarial é uma prioridade fundamental.

O quadro económico para 2020 assenta em quatro pilares interligados:

- Investimento público em capital humano, infra-estruturas e nos sectores principais
- Investimento privado em Pequenas e Médias Empresas e IDE em sectores essenciais
- Políticas responsáveis económicas e de gestão macroeconómica
- Ambiente empresarial sólido

O ambiente empresarial precisa ser melhorado em várias frentes, incluindo a necessidade de reformar as leis sobre terras. O Governo vê três tipos de desafios à reforma das terras: terras urbanas sob práticas consuetudinárias; terras urbanas a precisar de divisão em zonas e direitos de propriedade claros; e terras do Governo que podem ser usadas para investimentos públicos e privados tais como desenvolvimento do

turismo ou do petróleo. O sistema de resolução de disputas precisa também ser reforçado, tornando os tribunais nacionais mais capazes para lidar com disputas comerciais e procurando formas efectivas de recorrer a arbitragem e mediação internacionais para resolução de disputas com investidores estrangeiros. Todas estas medidas irão melhorar consideravelmente a capacidade para realizar negócios em Timor-Leste e encorajar o investimento de capital e a criação de empregos.

O Governo irá igualmente facilitar o desenvolvimento dos mercados financeiros domésticos, incluindo empréstimos de bancos comerciais para actividades empresariais. Por exemplo, uma das metas no sector da agricultura será encorajar os bancos a fornecerem créditos sazonais, para que os agricultores tenham um sistema comercial fiável que lhes permita obter sementes, fertilizantes, implementos, equipamento de irrigação e outros componentes vitais para a modernização de quintas. O Governo irá também trabalhar no sentido de alargar as microfinanças de todos os tipos, incluindo contas de poupanças para cidadãos e micro-empréstimos a pequenas empresas.

IV. PLANO DE INVESTIMENTO PÚBLICO ATÉ 2015

O quadro do PED até 2020 descreve as principais linhas de estratégia relativamente ao desenvolvimento económico.

O plano de investimento até 2015 estabelece o orçamento de investimento público a cinco anos que constituirá os principais gastos do sector público durante a primeira metade da década. O plano de investimento público inclui nove capítulos: saúde e nutrição, educação e investigação, estradas, electricidade, portos e aeroportos, agricultura, petróleo e turismo. Para cada capítulo o PED detalha um conjunto de objectivos tais como formação em recursos humanos, construção e gestão de instalações, com prazos para que o progresso concreto possa ser medido contra objectivos quantitativos. De seguida resumem-se as áreas prioritárias.

Saúde e Nutrição: Construção de um sistema de saúde primária a nível local até 2015, incluindo uma clínica por suco com um médico e um enfermeiro; um profissional de saúde comunitária por cada 100 famílias; hospitais de distrito devidamente apetrechados, incluindo a nível de ambulâncias e capacidade de obstetrícia de emergência; monitorização e resposta nutricional a nível nacional; sistema nacional de

dados de saúde pública, com estatísticas vitais em tempo real; programas de controlo de doenças infecciosas tais como VIH/SIDA, Malária, Dengue e “doenças tropicais negligenciadas”, como sejam infecções parasitárias. Haverá também programas de formação e melhoria de qualificações em larga escala.

Educação e Investigação: Construção de um sistema de acesso e conclusão universais dos estudos até ao 9.º ano de escolaridade até 2015, e conclusão universal até ao 12.º ano o mais tardar até 2025. O PED apoiará uma formação maciça de professores, incluindo a implementação de um colégio de professores a nível nacional com base na UNTL. O PED providenciará bolsas de estudo para o ensino superior em Timor-Leste e no estrangeiro com base em sectores essenciais. O Governo abrirá quatro programas nacionais de investigação na UNTL: agricultura, petróleo, saúde pública e ecologia, e convidará peritos internacionais para fazerem parte das direcções de assessoria destes centros.

Estradas: O sistema rodoviário nacional e distrital será concluído o mais tardar até 2020, com uma parte substancial a estar pronta até 2015. O programa do Governo irá pavimentar pelo menos 3.000 km de auto-estradas e de estradas de distrito até 2015, com base numa forte participação doméstica. O sistema rodoviário nacional estará concluído na sua totalidade até 2020.

Electricidade: A rede eléctrica nacional será concluída até 2015, ligando todas as cidades e capitais de distrito. O sistema eléctrico funcionará sobretudo a petróleo – inicialmente com líquidos pesados mas posteriormente fazendo a transição para o gás natural quando o gasoduto chegar a Timor-Leste. A rede nacional incorporará fontes de energia alternativas, incluindo energia solar, geotérmica e hidroeléctrica. O Governo instalará 1 GW até 2020.

Portos marítimos e aeroportos: O PED irá preparar novas instalações portuárias para carga e GNL em redor do complexo petrolífero no sul, devendo também alargar e deslocar o local dos contentores em Díli. O aeroporto nacional de Díli será alargado e serão pensados novos aeroportos internacionais, pelo menos um no leste e um no sul.

Agricultura: O PED irá garantir meios agrícolas para todos os pequenos agricultores de subsistência, incluindo fertilizantes, sementes e técnicas agrícolas. Ao longo do tempo o programa de subsídios será convertido num sistema de créditos onde os bancos privados e públicos ofereçam créditos agrícolas a agricultores que tenham demonstrado serem merecedores de créditos.

Petróleo: O PED irá promover o crescimento continuado do sector petrolífero por via da exploração e desenvolvimento de novos blocos. O Governo investirá numa zona industrial e em instalações portuárias a sul, permitindo à nação passar a exportar GNL e outros produtos relacionados com o petróleo. O Governo explorará de forma activa a viabilidade das várias indústrias a jusante relacionadas com a energia, incluindo fertilizantes, outros petroquímicos, aço e alumínio.

Turismo: O PED promoverá o ecoturismo e o turismo de praia de acordo com padrões ambientais rigorosos. O turismo será promovido através do arrendamento de terras públicas para o desenvolvimento de estâncias, melhoria de infra-estruturas incluindo um aeroporto na parte oriental de Timor-Leste e a promoção de Timor-Leste como novo destino turístico global por parte do Governo.

V. FINANCIAMENTO PÚBLICO ATÉ 2015

O quadro básico de financiamento é o seguinte. O Governo pretende o maior nível possível de investimento público, de acordo com: (1) eficiência do uso de recursos; (2) prevenção de constrangimentos na implementação; (3) transparência e responsabilidade totais de despesas globais, incluindo procedimentos de aprovisionamento adequados; (4) monitorização e avaliação plenas; e (5) conclusão dos alvos de investimento para 2015 e 2020. De forma a atingir estes objectivos o Governo irá desenvolver: (1) uma política de investimento multissectorial com planos alargados nos principais sectores a funcionarem em paralelo; (2) formação em grande escala de pessoal em cada sector principal; (3) inovações institucionais para melhorar a fiscalização e a implementação; (4) recolha de dados rigorosos, juntamente com monitorização e avaliação; (5) consultas frequentes com intervenientes e peritos relevantes; e (6) prudência financeira.

Antecipamos investimentos no sector público entre 2011 e 2015 na ordem dos 30 por cento do PIB, contando com gastos gerais com saúde pública e educação pública, sobretudo dentro do orçamento para investimentos. O resto do orçamento do sector público rondará os 20 por cento do PIB. O total dos gastos públicos andarás assim na ordem dos 50 por cento do PIB, o que representará cerca de 1.000 milhões por ano nos primeiros anos desta nova década.

O investimento do sector privado acrescentará outros 15 por cento do PIB por ano, talvez 10 por cento de investimento internacional e 5 por cento de investimento nacional. Com o total de investimento público mais os investimentos privados, aproximadamente 50 por cento do PIB, e uma relação capital / produto incremental (RCPI) de cerca de 5, as taxas de investimento nacional serão consistentes com um crescimento do PIB na ordem dos 12 por cento ao ano ou mais.

As receitas do Estado, incluindo receitas petrolíferas, suportarão gastos públicos de cerca de 1.000 milhões por ano, com o restante a ser acumulado no Fundo Petrolífero. O total do saldo do Fundo Petrolífero aumentará entre 2011 e 2015 para cerca de 9 mil milhões de dólares, sendo que em 2010 se situa nos 5,5 mil milhões. O Governo tenciona estabelecer como referência a “regra dos 3 por cento” relativamente a gastos e transferências actuais, não consumindo ou transferindo mais do que o nível de consumo sustentável equivalente a 3 por cento da soma do Rendimento Sustentável Estimado (RSE) calculado como a soma dos saldos do Fundo mais o valor actual líquido das futuras receitas petrolíferas do Fundo. O Governo está actualmente a explorar opções relativamente ao financiamento de investimentos públicos estratégicos, incluindo levantamentos superiores ao RSE ou contratação de empréstimos a taxas concessionais.

VI. QUADRO MACROECONÓMICO

O quadro macroeconómico prevê uma rápida expansão do sector do petróleo e do gás e um investimento dos proveitos deste em capital humano, infra-estruturas e sectores estratégicos da economia. Estimamos que os proveitos anuais do sector petrolífero irão crescer de 1,6 mil milhões de dólares em 2010 para mais de 2.000 milhões por ano até 2015.

A economia não petrolífera irá aumentar de 600 dólares *per capita* em 2010 para mais de 900 dólares até 2015. O sector petrolífero, incluindo a indústria a jusante, aumentará de cerca de 1.500 dólares para cerca de 3.000 dólares até 2015.

Os pontos macroeconómicos básicos e salientes são os seguintes:

- Timor-Leste será uma economia com poupanças muito elevadas e investimentos altos

- O Governo assegurará mais de metade do total de gastos com investimentos
- A taxa total de investimento de cerca de 35 por cento do PIB permitirá um crescimento anual na ordem dos 12 por cento ou mais.
- Timor-Leste continuará a ter um excedente comercial considerável e a acumular os saldos adicionais no Fundo Petrolífero.

VII. QUADRO INSTITUCIONAL

A principal questão para o Governo e para a Nação como um todo é a capacidade para aumentar programas de investimento à velocidade delineada no PED. O sucesso aqui dependerá de três factores: (1) um quadro institucional para implementação; (2) um ambiente económico e geopolítico global satisfatório; e (3) formação maciça em todos os níveis da sociedade.

O avanço institucional mais importante será uma nova agência encarregue da concepção, orçamentação e implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento – **a Agência de Política Económica e Investimento (APEI)**. A APEI terá um papel semelhante ao de uma autoridade nacional de planeamento, análogo à Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China, à Unidade de Política Económica da Malásia ou à Comissão de Planeamento da Índia. As unidades funcionais da APEI incluirão: planeamento económico; monitorização e avaliação de programas; aprovisionamento e contratação; orçamentação; cooperação internacional; e informação pública.

A APEI irá uniformizar as funções de planeamento e implementação do Governo, ficando encarregue de negociar contratos com equipas de gestão internas e externas para a implementação de funções essenciais segundo o PED. A APEI será também responsável pela capacitação de acordo com o PED, trabalhando em cooperação estreita com ministérios operacionais.

O Governo, aconselhado pela APEI, irá identificar as principais necessidades e programas de formação estratégica. Cada programa de sector envolverá o aumento da capacidade local através de programas de formação específica em Timor-Leste e no estrangeiro. A APEI irá também desenvolver a capacidade do seu próprio pessoal no que diz respeito a planeamento económico e negociações contratuais.

A APEI irá providenciar inovações institucionais que permitirão atingir os objectivos a longo prazo do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Kay Rala Xanana Gusmão, começará a percorrer o país em Abril de 2010 para dialogar com o Povo de Timor-Leste sobre o caminho para a prosperidade consubstanciado no

Plano Estratégico de Desenvolvimento

2011-2030

“Lao hamutuk ba oin!”